



EDUCANEC

A EDUCAÇÃO CATÓLICA EM REDE



ENTREVISTA

Dom Frei Severino Clasen
fala sobre Sínodo da Juventude
e Igreja

OPINIÃO

Desafios e angústias
no Ensino Médio

BOAS PRÁTICAS

Centro Universitário e
Projeto de IOT na agricultura

ELA VAI SER MÉDICA
E VAI CRIAR UM
TRATAMENTO QUE
TRANSFORMARÁ A
QUALIDADE DE VIDA
DAS PESSOAS.



FTD - MKT

SISTEMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Resultados para uma vida profissional.
Valores para uma vida pessoal.



4 EDITORIAL

6 NOTÍCIAS

MURAL

10 Espaço para inclusão



EDUCAÇÃO BÁSICA

14 Metas do Plano Nacional de Educação

OPINIÃO

18 Ensino Médio: Desafio e Angústias

ENSINO SUPERIOR

22 Projeto na UCP



CAPA

28 Ensino em Casa

ENTREVISTA

36 Sínodo da Juventude e a Igreja



Educar para o futuro

A escola é o ponto de partida da sociedade transformadora. Um espaço para socialização e reflexão com apoio de pais, alunos, professores e funcionários. E é justamente por este motivo que os educadores devem estar preparados para o desenvolvimento de um ensino que coloque o aluno como protagonista da transformação. Mas para que isso de fato aconteça, é preciso que estejamos devidamente preparados.

Por isso, nesta edição abordamos a importância da educação coletiva, em que crianças e adolescentes estejam nos ambientes escolares para que despertem a mentalidade e comportamentos de compaixão e respeito à diversidade.

É necessário executar o Plano Nacional de Educação com empenho, dedicação e construir um futuro promissor para todos. Estudantes devem estar preparados para construir caminhos por meio de ações concretas. Por este motivo, professores devem se manter atualizados e prontos para auxiliar os alunos a arquitetar ideias e projetos e que realmente os coloquem em posições de seres transformadores da realidade.

Nesta edição destacamos também atuações da ANEC em encontros de Pastoral, debates do futuro do Ensino a Distância, além das boas práticas de inovação em nossas associadas. Também damos destaque à entrevista realizada com o Bispo e Presidente da Comissão Episcopal de Pastoral para o Laicato, Frei Severino Clasen, ofm, sobre o Sínodo da Juventude e a Igreja.

Por fim, permitam-me encerrar com uma citação de Paulo Freire que, acredito, representar o que necessitamos para a educação em nosso país: “Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Boa leitura!



Jonathan Oliveira

Prof. Dr. Paulo Fossatti, fsc
Diretor Presidente ANEC

Conselho Superior

Ir. Irani Rupolo
(Presidente)
Pe. Mário Sundermann
(Vice-Presidente)
Ir. Cláudia Chesini
(Secretária)
Pe. João Batista Gomes de Lima
(Conselheiro Titular)
Pe. Maurício da Silva Ferreira
(Conselheiro Titular)
Ir. Márcia Edvirges Pereira dos Santos
(Conselheira Titular)
Frei Gilberto Gonçalves Garcia
(Conselheiro Titular)
Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
(Conselheiro Titular)
Ir. Iranilson Correia de Lima
(Conselheiro Titular)
Ir. Ivanise Soares da Silva
(Conselheira Suplente)
Pe. Josafá Carlos de Siqueira
(Conselheiro Suplente)

Diretoria Nacional

Ir. Paulo Fossatti
(Diretor Presidente)
Ir. Adair Aparecida Sberga
(1ª Vice-Presidente)
Ir. Natalino Guilherme de Souza
(2º Vice-Presidente)
Ir. Marli Araújo da Silva
(1ª Secretária)
Prof. Francisco Angel Morales Cano
(2º Secretário)
Pe. Roberto Duarte Rosalino
(1º Tesoureiro)
Frei Claudino Gilz
(2º Tesoureiro)

Secretaria Executiva

James Pinheiro dos Santos
(Secretário Executivo)

Departamento de Comunicação

Ex-Libris Comunicação Integrada
Jornalista responsável: Jayme Brener
(Mtb 19.289-61-SP)

Projeto Gráfico

Regina Beer

Diagramação e Capa

Carlos Guilherme Alencar

Impressão: FTD

Parque gráfico da Editora FTD
(11) 3545-8600
Tiragem: 8000 mil exemplares

A Revista EDUCANEC é uma publicação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)

SEPN Quadra 516, Conjunto D, Lote 09
– Edifício Via Universitas - 4º Andar
CEP: 70770-524
Telefone: 61 3533-5050
Fax: 61 3533-5070
E-mail: comunicacao@anec.org.br
Site: www.anec.org.br

PARTICIPE DA NOSSA REVISTA

A Revista Informativa Educacional está de cara nova! Um novo nome, um novo projeto gráfico. Tudo feito com o intuito de melhorar ainda mais a relação com você, leitor. E, para aprofundar ainda mais essa relação, este é o momento para convidá-lo a participar conosco e nos ajudar na construção da Revista EducANEC. Tem interesse em sugerir novos assuntos através de notas, reportagens ou indicações de fatos interessantes? Então compartilhe conosco.

Basta enviar um e-mail para: comunicacao@anec.org.br



ANEC marca presença no 24º Congresso CIAED, que debate o futuro do EaD



O 24º Congresso Internacional de Educação a Distância (CIAED), realizado em outubro, na cidade de Florianópolis/SC. O evento reuniu instituições que atuam na área de Ensino à Distância (EaD) por todo o país, com o objetivo de debater e potencializar as experiências educacionais deste módulo em território nacional. Este ano, o foco dos debates são as mudanças recentes da área, no qual o EaD passa a ser abordado como Aprendizagem a Distância (AAD). Isso acontece devido aos novos aspectos tecnológicos no meio acadêmico. Para discentes e docentes, a percepção de educação muda para um novo ambiente com mais interatividade e flexibilidade no ensino. Reforçando o compromisso com o ensino superior e reiterando sobre os avanços que permitem um melhor desenvolvimento da aprendizagem a distância, a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) esteve presente contando com 20 integrantes do Grupo de Trabalho de EaD da instituição. ©

ANEC participa do XIX Encontro Nacional da Pastoral da Educação

Entre os dias 28 e 30 de setembro, foi realizado no Rio de Janeiro, o XIX Encontro Nacional da Pastoral da Educação. O encontro foi promovido pelo Setor Educação e Cultura da CNBB e contou com a presença de Irmã Cláudia Chesini, do setor Pastoral ANEC. Ela não apenas representou a instituição, como também coordenou a mesa onde os grupos apresentaram suas reflexões sobre diversos assuntos relacionados à educação no Brasil.

Também fizeram parte da mesa os bispos Dom Julio Endi Akamine, membro do setor de educação da CNBB, e de Dom Nelson Francelino, referencial de educação no Rio de Janeiro, diversos pontos significativos para a Pastoral na educação nacional foram debatidos. Durante o encontro, os participantes puderam acompanhar um resgate histórico da Pastoral da Educação Nacional desde 1991 até nossos dias, além de contextualizarem os atuais desafios da educação apresentados pelo Padre Marcos Sandrini, em memória.

Entre os temas debatidos, damos destaque aos seguintes:

Números mostram a defasagem da educação no Brasil; Vivemos em uma época de mudança ou mudança

ANEC realiza X Assembleia Geral Ordinária no final de setembro

No final do mês de setembro, foi realizada a X Assembleia Geral Ordinária da ANEC, com a presença de representantes de instituições e autoridades que fazem parte da Associação. Na primeira palestra, os presentes puderam acompanhar um material sob o tema: Um olhar sobre o presente e o futuro da Educação Católica. A palestra foi ministrada pelo professor Francisco Angel Morales, diretor 2º secretário da ANEC e presidente da câmara de Ensino Superior da ANEC. Na ocasião, ele trouxe algumas metas e tendências mundiais para a educação. Para ele, é preciso valorizar estudantes devem ser valorizados através do olhar humanizador do educador. “Para que nossa proposta seja implementada, é preciso evangelizar para educar. Precisamos difundir, propagar e instruir nossos alunos de forma correta. Temos que aproximar as mantenedoras para nos tornarmos um sistema de rede em redes”. Ir Adair Sberga, vice-presidente da ANEC, acredita que esse debate melhora o cenário da educação católica do Brasil. “É um campo bastante complexo, mas com pessoas dispostas a enxergar o mundo, teremos qualificação para colaborar com o Brasil que tanto queremos e que tanto sonhamos”,



finaliza.

Na sequência, alguns representantes de mantenedoras trouxeram sugestões que pudessem agregar, de forma positiva, o debate e as propostas sugeridas pela ANEC. Ainda no cronograma de atividades, foi apresentado o V Congresso Nacional de Educação Católica, que será realizado em Cuiabá/MT em março de 2019. Mais informações podem ser conferidas em www.anec.org.br/congresso. ©

de época? A diversidade de visões ajuda na compreensão deste tempo. Na visão científica: complexidade x unidimensionalismo. Na visão ética: relativismo x fundamentalismo. Na visão histórica: tudo se explica através da religião- Razão – Emoção; A Ética deve ser vista como instituinte e a Moral como instituído.

Segundo Irmã Cláudia Chesini, é importante ter um sentido, um significado como educação e pastoral. “Viver a espiritualidade do pensamento fraco: a cruz como paradigma de vida. É tempo de múltiplos olhares. A mediação cultural gera experiência de fraternidade. É importante as parcerias com outras pastorais, instituições, religiões”, comenta. Segundo ela, a Pastoral de Educação tem o desafio de conhecer e acompanhar as mudanças na BNCC, no ERE e no Ensino Médio. Para o Padre Agamenilton, “o estudo e aprofundamento do Humanismo Solidário nos ajuda a tornar o homem e a mulher mais humanos”, afirma.

Ao final do encontro, a ANEC – através do setor Pastoral e de seus Conselheiros Estaduais, se comprometeu a fortalecer a COMUNHÃO com a igreja local para dar continuidade à formação e a articulação entre todos. ©



Educar ao humanismo solidário: **XI Fórum Nacional de Mantenedoras da ANEC** explana conceitos da BNCC e os fundamentos da formação humanizada

A formação pedagógica e cognitiva dos alunos ainda é um desafio pós-implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades para que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Priscila Boy, escritora, consultora educacional e Mestre em Ciência da Educação, levou ao público do XI Fórum Nacional de Mantenedoras da ANEC, as novas diretrizes da educação humanizada. O encontro foi realizado no final de setembro e reuniu Presidentes das Mantenedoras associadas à ANEC, Gestores das

Escolas Católicas, Educadores e diversos interessados no assunto.

Segundo Ir. Paulo Fossatti, diretor presidente da ANEC, este é um momento histórico para a educação brasileira e os educadores católicos precisam ficar atentos às mudanças e novidades deste cenário. "Com a BNCC e outras reformas, precisamos preparar nossos gestores e professores para o futuro da educação no Brasil. O encontro de hoje traz as novidades sobre inovação, tecnologia e os conceitos da educação humanista", disse o presidente.

INTERFACE ENTRE A INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E A PEDAGOGIA

Para Priscila Boy, citada na abertura deste texto, a BNCC trouxe aos educadores as novas necessidades de educar de forma próxima, trazendo a família cada vez mais para dentro da escola. "O desafio da educação católica no cenário atual é desenvolver o método que alie desempenho com a humanização, fundamentada sempre nos conceitos de família, amor, respeito, fraternidade e equiparação de direitos", pondera. "Humanizar a educação não só no ambiente escolar", reforçou Priscila. Segundo ela, a base do desenvolvimento educacional das crianças começa no primeiro convívio social. "A formação do aluno é também dividida com a educação familiar. Precisamos deixar o ambiente escolar cada vez menos burocrático e oferecer soluções, com base no diálogo".

A palestrante ainda abordou as constantes mudanças no desenvolvimento de competências. O aprendizado, após a implementação da BNCC, assumiu uma nova face. Conceitos – antes ignorados, hoje devem fazer parte do currículo base das instituições. Como é o caso do desenvolvimento das aptidões cognitivas, comunicativas e sócio emocionais.

"A partir do entendimento que os alunos são seres humanos integrais e que a escola participa na construção de um cidadão, desenvolvemos uma nova abordagem educativa. O desenvolvimento do pensamento

científico, crítico e criativo estimula a investigação e o repertório cultural dos alunos e deve ser associado com as novas competências de comunicação e linguagem. Isso complementa as outras competências como a empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania", finalizou.

NOVAS POSSIBILIDADES DE GESTÃO SÃO DEBATIDAS NO IV FÓRUM NACIONAL DE MANTENEDORAS DA ANEC

Os participantes do XI Fórum Nacional de Mantenedoras da ANEC também receberam capacitação sobre gestão humanizada. Marcos Scaldelai, gestor e diretor comercial da empresa de Solução de Limpeza Bombril, foi o responsável para falar sobre o tema. Segundo o empresário, para o alcance de grandes objetivos é necessário que as instituições precisem saírem da zona de conforto e estejam abertas para novas possibilidades de mercado. "A atitude e a liderança andam juntas no processo de progressão de uma empresa. Os resultados nos dias de hoje são fundamentais para se manter no topo do mercado. Aqui ressaltou a importância das relações nos ambientes de trabalho, em que mostrar a importância de cada integrante de uma equipe é imprescindível para que todos se sintam parte", explicou o gestor.

Já James Pinheiro, secretário executivo da ANEC, acredita que o relacionamento humano entre os parceiros, gestores, alunos e professores são elementares para as instituições. "É um desafio para todos os gestores

conseguir conciliar os objetivos da instituições com os pessoais e dos parceiros. Por isso, nós acreditamos que as relações humanizadas são necessárias para a construção das instituições católicas no Brasil", frisou.

INDICADORES: OS NÚMEROS ALIADOS EM UM MODELO DE GESTÃO SÓLIDO

Mercado e o cenário educacional também tiveram espaço no encontro de hoje. Com o apoio de Euvaldo Antônio Ruiz, mestre em ciências contábeis e também membro do GT de assessores da ANEC, os presentes entenderam a necessidade de conhecer o funcionamento das instituições católicas para melhorar o desempenho. "É indispensável o conhecimento do mercado para traçar caminhos e soluções. Precisamos analisar, estudar e entender outras formas de fazer negócios. Nós também somos empresas e é por isso que cuidar do contábil deve estar entre as prioridades dos planejamentos estratégicos das Mantenedoras e mantidas", destacou. Ir. Adair Sberga, Vice-Presidente da ANEC, ressaltou a participação das instituições em reuniões como o Fórum para unificarmos os conhecimentos. "Nos reunimos nestes eventos com o intuito de sempre pensarmos soluções unificadas, que favoreçam todas as instituições associadas. Dessa forma, construímos o novo com base na cooperação de todos pois apenas cooperando uns com os outros é que iremos alcançar o sucesso", finalizou. ©

Contribuições do GT de Assistentes Sociais sobre Inclusão Social na Educação

Rochele Pedroso de Moraes
GT de Assistentes Sociais da ANEC RS et al.

O Grupo de Trabalho - GT de Assistentes Sociais é composto por Assistentes Sociais de Mantenedoras e/ou suas mantidas, entidades essas que são associadas da Associação Nacional das Escolas Católicas no Brasil - ANEC. No Brasil existem grupos de Assistentes Sociais que se reúnem sistematicamente para trabalharem sobre temas diversos, em conformidade com as Políticas Públicas Sociais de Educação, Assistência Social e Saúde.

O GT de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul foi formado em março de 2014, e se reúne mensalmente de forma itinerante nas associadas. É um espaço de formação e capacitação permanente, que visa qualificar as ações dos profissionais do Serviço Social. As temáticas de estudo reforçam a compreensão das normas técnicas e legislações vigentes, corroboram nas construções e reconstruções de processos e fluxos de trabalho do Serviço Social, bem como, caminha em conformidade com as orientações do Conselho Regional de Serviço Social, especialmente do Grupo de Trabalho do Serviço Social na Educação pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS RS 10ª Região e do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS.

Em 2017, o tema da Inclusão Social na Educação ocupou quase metade dos espaços de estudos e debates. O GT de Assistentes Sociais da ANEC RS contribuiu com a práxis social, trazendo para o centro do debate a importância do trabalho intersectorial, interdisciplinar e a missão das instituições para a proteção social da infância e juventude. Proporcionou a reflexão acerca do direito da Inclusão Social na Educação de forma ampliada que deve ser concretizado nos espaços escolares, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

O GT de Assistentes Sociais está elaborando um material informativo com os conceitos definidos na



Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, de 2006, ratificada pelo Brasil. Está em vigência a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). No Artigo 1º, define que a esta lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, abrangendo o processo de Inclusão Social na Educação, assim como, outras instâncias e instituições sobre este tema.

Estudos apontam que demandas específicas estão sendo implementadas, desde o século XVI, como no caso da deficiência auditiva. O tema da Inclusão Social na Educação aparece em pauta nas agendas públicas e privadas, com orientações internacionais, tendo maior destaque na década de 1990, do século

ciais da ANEC



Shutterstock

XX. Percebemos que, ainda no século XXI, esse cenário permanece com defasagens, vivenciadas no cotidiano dos alunos e de suas famílias.

De acordo com Mantoan (2003):

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe. (MANTOAN, 2003, p. 13-14).

O processo de Gestão Escolar pressupõe reflexão/ debates sobre o alinhamento de conceitos, concepções e método. Sendo fundamental a educação e formação permanente/continuada para o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais ao trabalho efetivo e de qualidade.

A grade curricular deve integrar temas transversais sobre diversidade, inclusão, combate ao racismo e preconceitos que envolvem a realidade das pessoas com deficiência no meio escolar. O Plano Nacional de Educação - PNE traz essa orientação e as metas estaduais e municipais devem contemplar o eixo da Inclusão Social na Educação.

Pereira (2016), ressalta a importância de docentes transporem seus aprendizados curriculares tradicionais, e incorporarem novas práticas pedagógicas, compreendendo o significado da inclusão social e as questões que envolvem o cotidiano dos alunos, for-



Shutterstock

mulando estratégias e definindo recursos específicos, para um trabalho com resultados efetivos e de sucesso ao corpo discente. Mendonça (2015, p. 2), traz que a educação especial é uma modalidade de ensino. É destinada a: “educandos com deficiências no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos”. A autora ressalta que a educação é um processo de socialização em que passa todo o indivíduo, para aquisição de novos conhecimentos. Sendo assim, entendemos que está além do aprendizado no âmbito familiar. Essas novas habilidade e atitudes, precisam ser desenvolvidas no espaço escolar, desenvolvendo dessa forma a missão institucional, preconizando a Inclusão Social.

A acessibilidade é um entrave para a Inclusão Social na educação. Existe uma organização, planejamento e investimento que a escola precisa dispensar para acolher o aluno na sua integralidade. É direito da família não informar no ato da matrícula se a pessoa tem ou não deficiência, mas é obrigação do espaço escolar dar total condição para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, custeando a reestruturação, que

se fizer necessária, no sistema de ensino tradicional. O que demandará também investimento humano e técnico, como por exemplo: equipe multidisciplinar, profissional orientador em educação inclusiva, monitor, com habilidades específicas, sala de recursos multifuncional, banheiros adaptados, corrimão, rampa, elevador, cadeira e mesa - com altura diferenciada do tamanho padrão, entre outros recursos.

Há um desafio em que muitos espaços são negados pela incapacidade das escolas em receber alunos com demandas específicas, com ritmos e potencialidades distintos. Para o Centro de Referência em Educação Integral (2018), a educação inclusiva é aquela que “não segrega os alunos com necessidades especiais dos outros estudantes, mas sem deixar de apoiá-los em suas especificidades”.

Por isso que Voltolini (2015), registra a existência de uma crise ética, que se deve ao predomínio da ideologia individualista neoliberal que sustenta a política inclusiva. Machado (2016), indica a necessidade de uma inclusão que envolva a Política de Educação como um todo, e não apenas nas escolas. Machado ainda reforça a necessidade de “diálogos e reflexões sobre a educação especial e

inclusiva”, concomitante com o desenvolvimento profissional, onde a educação especial possa ser um instrumento que beneficia a toda comunidade escolar e que perpassa o trabalho dos educadores com a construção de “alternativas inclusivas para a educação e não apenas para as escolas”.

Percebemos a urgência em traduzir a linguagem técnico jurídica para as famílias e alunos com figuras ilustrativas, para reduzir as desigualdades existentes entre: pessoas com e sem deficiência - ou algum tipo de limitação ou comprometimento biopsicossocial. ☺



A acessibilidade é um entrave para a Inclusão Social na educação. Existe uma organização, planejamento e investimento que a escola precisa dispensar para acolher o aluno na sua integralidade.



Fontes:

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação (PNE)**.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

MACHADO, Gláé Corrêa. **Desenvolvimento profissional e educação especial: narrativas de (trans) formação de professores a partir de experiências inclusivas**. Tese de Doutorado. PUCRS (Programa de Pós-Graduação em Educação), 2016. 202 p. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7139/2/TES_GLAE_CORREA_MACHADO_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 05 fev 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar). 50p.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação Especial e Educação Inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. Universidade de Uberaba. Mestrado em Educação. III Congresso internacional de trabalho docente e processos educativos. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Documents/ASLB/Matéria%20Inclusão%20na%20Educação/Artigo.pdf>>. Acesso em 29 Jan 2018.

PEREIRA, Andreia Cabral Colares. **Transversalidade, inclusão e práticas pedagógicas: possibilidades para operacionalizar políticas e repensar currículos**. Tese de Doutorado. PUCRS (Programa de Pós-Graduação em Educação), 2016. 172 p. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7022/2/TES_ANDREIA_CABRAL_COLARES_PEREIRA_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 30 Jan 2018.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Miséria ética na educação inclusiva: por uma inclusão política mais do que social**. In: Revista Educação (Porto Alegre), Porto Alegre, v.38, n.2, p. 222-229, 2015.



Metas do Plano Nacional de Educação

A lei de destinação dos royalties do petróleo, sancionada em 2013, estabelece que 75% desses recursos e 50% do Fundo Social do Pré-Sal devem ser destinados à Educação. Desse montante, saem os recursos para aumentar o investimento em Educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB), como estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor em 2014, com 20 metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior,

Mesmo avaliando que esses recursos são importantes fontes de financiamento para a Educação e podem auxiliar no cumprimento das metas do PNE, o cientista político Caio Jardim diz que o valor é insuficiente para atingir 10% do PIB, como estabelece a meta 20 do PNE.

“Para atingir essa meta é necessário um compromisso da União com o financiamento da Educação, sobretudo com a Educação Básica”, analisa.

Além disso, “é necessário garantir a implantação do CAQi (Custo Aluno-Qualidade inicial) e do CAQ (Custo Aluno-Qualidade) como patamar mínimo do financiamento da Educação Básica, contando com o aporte da União na complementação e redistribuição dos recursos para Estados e municípios. Conjuntamente, é necessário a implantação do Sistema Nacional de Educação como arena de articulação e coordenação do desenvolvimento da educação entre os entes federados”, acrescenta o cientista político.

Para ele, os principais desafios para a correta aplicação destes recursos envolvem a superação dos problemas federativos que tangem o financiamento da

Educação e a profunda desigualdade regional existente no Brasil e no interior dos próprios Estados. Outro desafio é garantir a aplicação dos recursos públicos na educação pública, promovendo o direito universal à educação pública, gratuita e de qualidade.

A meta 7 do PNE coloca em discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, na opinião Caio Jardim, é um elemento estruturante para a superação de problemas transversais da Educação brasileira. Segundo ele, a BNCC tem um triplo desafio a ser alcançado.

“O primeiro é garantir a toda criança e a todo jovem brasileiro direitos e objetivos comuns de aprendizagem, garantindo a universalidade dos conteúdos e que, de norte a sul do Brasil, todo aluno disponha e se aproprie de uma mesma base de conhecimento”, explica o cientista político.

O segundo desafio é reestruturar o significado na escola para os estudantes, de forma a tornar os conteúdos, vivências e experiências pedagógicas e curriculares significativos para o estudante, aproximando o conhecimento construído na escola da realidade concreta em que o aluno está inserido.

“Isso é fundamental para garantir a aprendizagem e tornar a escola interessante, envolvente e significativa, resultando, por exemplo, na redução da evasão e abandono escolar”, diz Caio Jardim.

O terceiro desafio é garantir, a partir da base conteúdos, os direitos de aprendizagem e saberes capazes de assegurar aos estudantes o desenvolvimento da cidadania e da leitura e a problematização do mundo e do pensamento crítico.

Valorização do professor

Algumas das metas do PNE envolvem diretamente o professor, a valorização do magistério e o investimento na formação e na carreira de docentes. A meta 17, por exemplo, estabelece o respeito aos profissionais de magistério das redes públicas da Educação Básica, com o objetivo de equiparar seu rendimento médio ao dos profissionais com escolaridade equivalente.

De acordo com o segundo relatório de monitoramento do PNE divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a proporção entre o rendimento dos profissionais de magistério das redes públicas de Educação Básica e o rendimento dos demais profissionais com escolaridade equivalente era de 74,8% em 2017. “Para tanto, será necessário elevar o rendimento dos profissionais do magistério para alcançarmos a proporção de 100%, equivalente à equiparação”, analisa o cientista político Caio Jardim.

Segundo ele, a questão central é apenas uma: a valorização dos profissionais da educação! Para isso, é necessário garantir remuneração justa e adequada para os profissionais do magistério, formação continuada e em nível de pós-graduação, além do cumprimento da meta 18 do PNE, que prevê planos de carreira para estes profissionais.

Cortes afetam creches e ensino superior

A Educação Infantil, tratada na primeira meta do PNE, estabelece a ampliação da oferta de vagas em creches para atender pelo menos 50% das crianças de zero a 3 anos. “A falta de creches é um dos maiores gargalos da Educação Básica no Brasil. O atual governo promoveu cortes estruturais que levaram à desestruturação de uma política importante do governo federal, que era o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), responsável pelo financiamento e

construção de creches públicas.

“Somando-se aos efeitos da Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos em políticas sociais por 20 anos, temos como resultado um horizonte preocupante em relação ao aumento de vagas em creches”, analisa o cientista político.

No tocante ao ensino superior, ele avalia que o cenário é alarmante no que diz respeito ao cumprimento da meta 12. “Não apenas estamos longe de alcançar as metas estabelecidas no Plano referentes às taxas brutas e líquidas de matrícula, como de 2016 para 2017 tais taxas apresentaram redução”, analisa.

Para ele, houve uma redução e afunilamento de programas essenciais para a inclusão dos jovens na educação superior, como o Prouni (Programa Universidade Para Todos) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), além da falta de investimentos públicos na expansão da rede pública federal, deixando de abrir novas vagas nas universidades e institutos federais.

“O que se vê é uma política de sucateamento das universidades públicas, assoladas por cortes e reduções orçamentárias, que colocam em risco seu pleno funcionamento, ao mesmo tempo em que comprometem a produção científica nacional”, diz o cientista político Caio Jardim.

É preciso fiscalizar

Analisando que monitorar, avaliar e fiscalizar são as três dimensões fundamentais para a implementação do PNE, Caio Jardim lembra que o próprio texto da Lei nº 13.005, de 2014, já prevê algumas instituições responsáveis por estas tarefas: o Ministério da Educação, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação e o Fórum Nacional de Educação.

O cientista político diz que cabe tanto ao Poder Executivo quanto ao Poder Legislativo e também à

sociedade civil monitorar e avaliar o cumprimento das metas.

“O fortalecimento e a autonomia de instituições como o Fórum Nacional de Educação são fundamentais para este processo ampliado de monitoramento e avaliação, pois traz para a gestão da política representantes de instituições profundamente comprometidas com o direito à educação, que participaram diretamente da construção e elaboração do PNE”, analisa.

Para ele, ao mesmo tempo, é fundamental que o Poder Legislativo exerça um papel ativo de monitoramento e avaliação, de modo a acompanhar continuamente a execução das metas, de forma autônoma ao poder que executa a política. O Congresso Nacional tem, ainda, uma outra responsabilidade com o PNE, para torná-lo uma política de Estado: os projetos de lei e propostas aprovados devem sempre tomar o Plano Nacional de Educação como norte e referência estrutural para o desenvolvimento da legislação posterior.

“O Ministério da Educação, sobretudo por meio do Inep, deve ser protagonista na tarefa de avaliar e monitorar, tanto pela capacidade de produzir e organizar dados, estatísticas e informações, como por ser o gestor e executor de grande parte das políticas que refletem no cumprimento das metas”, considera o cientista político.

Por fim, ele afirma que cabe a toda sociedade civil, aos profissionais da educação, aos estudantes, às instituições da área e à academia fiscalizar continuamente o cumprimento das metas, cobrando ações do Poder Público e dos agentes responsáveis para que o Brasil consiga cumprir as 20 metas propostas no Plano Nacional de Educação. ©

De acordo com o segundo relatório de monitoramento do PNE divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a proporção entre o rendimento dos profissionais de magistério das redes públicas de Educação Básica e o rendimento dos demais profissionais com escolaridade equivalente era de 74,8% em 2017.

ENSINO MÉDIO: DESAFIO E ANGÚSTIAS

Profª Lúbia Pereira Cavalcanti
Coordenadora Pedagógica (9º Ano ao Ensino Médio)
COLÉGIO CASTELO / RIO DAS OSTRAS



Conciliar um ambiente escolar acolhedor, rico em valores humanos, alinhado a um trabalho pedagógico de excelência que proporcione bons resultados em vestibulares, levando os alunos para as principais instituições de ensino superior do país é, sem dúvida, o maior desejo de todas as famílias que buscam o melhor em educação para os seus filhos.

A entrada no Ensino Médio é marcada por uma série de dúvidas e inseguranças. No meio a um turbilhão de novidades, com maior quantidade de disciplinas, professores com diferentes perfis e níveis de cobrança, a principal delas é sobre qual carreira seguir. Essa é uma decisão muito importante na vida dos jovens alunos, por isso, é fundamental que eles tenham a ajuda dos pais e dos educadores durante esse processo regado de incertezas.

Apesar da presença dos adultos ser importante nesse momento, é preciso dar espaço para que o adolescente escolha a sua profissão de acordo com as suas vontades e aptidões. A família pode contribuir oferecendo todo o apoio, dialogando, acompanhando de perto, motivando-o, e compreendendo que ele é um ser humano, com seus sonhos e suas metas. Na escola, uma maneira interessante de abordar boa parte das profissões é promovendo feiras e palestras que trazem profissionais de diferentes áreas para compartilhar com os alunos as suas experiências e práticas diárias. Visitas do grupo a faculdades são importantes para que os estudantes conheçam mais o mundo universitário e a área que pretendem seguir. Orientação vocacional na escola também é uma excelente forma de dar suporte ao jovem na escolha da carreira.

Na verdade, a preparação para os vestibulares, para o ENEM e mercado de trabalho, devem iniciar desde os primeiros passos da criança na escola. As instituições de ensino que prezam pela formação integral do aluno, garantindo que ele se adapte bem em todas as situações, inclusive nos diferentes ambientes de trabalho, começam a formação dos profissionais do futuro desde a base escolar, trabalhando questões básicas de boa convivência em sociedade, para que esse aluno ao chegar no Ensino Médio, além do domínio de conteúdos e habilidades acadêmicas, tenha maior facilidade para lidar com atividades semelhantes às que terá no mercado de trabalho, como a tomada de decisão, gerenciamento do tempo, definição de prioridades e organização de tarefas.

A fase mais repleta de sensações e sentimentos é, com certeza, o terceiro ano do Ensino Médio, ou “terceirão” como os alunos costumam chamar. É o ano decisivo, onde a preocupação divide-se entre terminar o ciclo do Ensino Médio e passar no ENEM. A segurança surge à medida que os jovens se deparam com uma equipe de professores experientes, um material preparado especialmente para esse período, um suporte avançado com ferramentas tecnológicas que proporcionam resultados em tempo real, realização de simulados nos moldes do ENEM, além de palestras profissionais, visitas às universidades e uma orientação vocacional com profissional especializado.

É assim que buscamos trabalhar no Colégio Castelo, na perspectiva Salesiana de Ensino, com a formação constante de seus educadores, além de inovações e atualizações frequentes no Material Didático Digital que é exclusivo da RSB-Escolas (Rede Salesiana Brasil de Escolas e EDEBÊ), com a Plataforma Adaptativa para todo o Ensino Médio, ENEM SALESIANO, Simulados Modelo ENEM, avaliações semanais, cadastro dos professores no maior banco de questões disponível na WEB e, atualmente, utilizando o Material Revisional ENEM para a 3ª Série do Ensino Médio. Nossos alunos, estudando em tempo integral, podem sair diretamente para o ingresso na faculdade desejada, pois já fazem o 3º Ano Preparatório para o Vestibular.

Nessa perspectiva, com o apoio, dedicação, carinho e atenção da escola e da família, o jovem vestibulando enfrentará com maior tranquilidade os desafios e as angústias desse período que antecede o seu ingresso no Ensino Superior à carreira tão desejada. O sucesso? Está logo ali!!! ☺



Mistagogia da Eucaristia

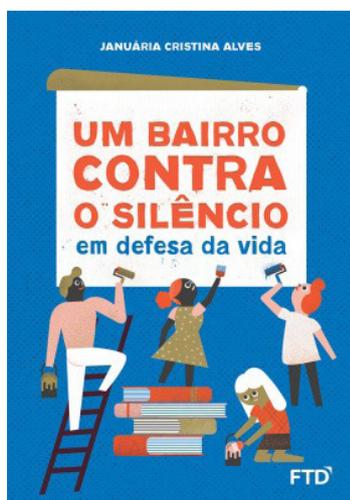
Autor: Gilbert Ostdiek

Editora: Vozes

Ano: 2018

Número de páginas: 152

Sinopse: Para melhor explicitar o que significa a Eucaristia para a vida do dia a dia, este livro aborda a questão a partir de uma perspectiva que difere de muitas outras fontes disponíveis atualmente. Ele apresenta uma mistagogia da Eucaristia que é um portal de travessia reflexivo. Coloca duas perguntas simples sobre a Eucaristia: O que devemos fazer? E o que significa isso? Para isso, o livro toma as ações rituais da Eucaristia como seu ponto de partida. Depois ele lança mão dos símbolos litúrgicos, dos textos de preces e comentário reflexivo para analisar qual o significado que essas ações rituais podem ter para a vida cristã.



Um bairro contra o silêncio: em defesa da vida

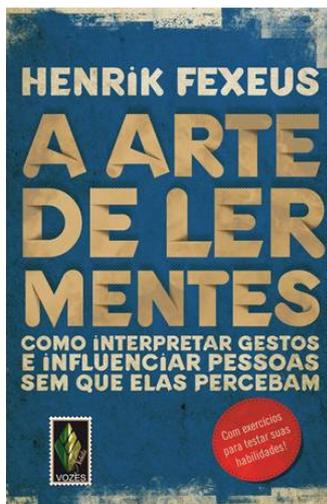
Autor: Januária Cristina Alves

Editora: FTD

Ano: 2018

Número de páginas: 64

Sinopse: Luciana é uma adolescente de 14 anos muito empenhada em causas sociais. Com a família e amigos, ela participa ativamente das reuniões na associação de moradores do bairro. Ao saber da notícia de uma garota da escola que sofreu abuso sexual, Luciana e toda a comunidade se engajam em um projeto de conscientização e prevenção contra a violência sexual. Com o apoio da escola e do conselho tutelar da cidade, nasce uma campanha de conscientização sobre o tema que fortalece o espírito de solidariedade e proteção a crianças e adolescentes da comunidade.



Arte de Ler Mentes

Autor: Henrik Fexeus

Editora: Vozes

Ano edição: 2017

Número de páginas: 288

Sinopse: Leitura da mente não é um mito, e nem é mais misterioso do que entender o que alguém está dizendo ao falar conosco. E este livro tem tudo o que você precisa saber para se tornar um especialista em leitura da mente. Usando habilidades como comunicação não-verbal, linguagem corporal e influência psicológica, podemos descobrir o que a outra pessoa pensa e sente e, assim, controlar seus pensamentos e crenças da maneira que quisermos. O autor introduz uma nova forma de fazer leitura da mente que você poderá colocar em prática em todos os aspectos da sua vida diária, como entrevistas de emprego, em um primeiro encontro, para fazer propostas ao seu chefe, e em todas as situações sociais em que você desejar influenciar outras pessoas.



Mobiliário Pimpão



Mesa Nuvem Infantil
com Pés Reguláveis
Cód: 22748

Regulagem
com até 9
níveis de
altura

 pimpao.com.br

 pimpao@pimpao.com.br

 [/pimpaoeducacao](https://www.facebook.com/pimpaoeducacao)

 [/pimpaoeducacao](https://www.instagram.com/pimpaoeducacao)

 (41) 3212 7833

 (41) 99954 6869

UCP terá primeiro Núcleo de Atendimento ao Idoso do Estado em parceria com o TJ-RJ

Unidade será a terceira em todo o país a atuar na mediação específica para o público da terceira idade; outras estão instaladas em Brasília (DF) e Pelotas (RS)

Com a maior população idosa da Região Serrana do Rio – aproximadamente 43 mil acima de 60 anos, segundo o IBGE - Petrópolis será a primeira cidade do Estado e a terceira do país a ter um serviço específico de atendimento ao idoso, que será instalado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no polo avançado do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC) na Universidade Católica de Petrópolis – o primeiro fora do âmbito judiciário. A novidade foi confirmada no encontro entre a reitoria da Instituição e a juíza da 4ª Vara Cível e integrante do CEJUSC de Jacarepaguá, dra. Lísia Carla Vieira Rodrigues.

Atualmente, o Brasil tem aproximadamente 28 milhões de idosos e o Rio de Janeiro é o segundo estado com a maior população idosa do país, ficando atrás do Rio Grande do Sul. A notícia da implantação do núcleo voltado ao público da terceira idade chega no mês internacional do idoso, outubro, e a previsão é que o lançamento do projeto aconteça já no próximo mês de novembro.

“Essa proposta vem ao encontro do que nós acreditamos. E acredito que será de uma construção muito bonita em nível de formação dos próprios alunos e profissionais. Esse trabalho ajudará bastante na formação humana, que nem sempre é muito fácil. Mas ter contato com algumas realidades, muitas vezes é molde para as pessoas agirem diferente. Então é uma oportunidade de estarmos trabalhando na educação, na formação geral, e preparando melhor esses profissionais para lidarem no trabalho, onde vão encontrar diversas realidades. E uma delas, em Petrópolis cada vez maior, é lidar com pessoas de mais idade”, observa o reitor da UCP, padre Pedro Paulo de Carvalho Rosa.

Representando o desembargador do TJ-RJ, Cesar Cury, a dra. Lísia Carla Vieira Rodrigues, explicou a importância do projeto, que será modelo para implantação em outros locais do estado.

“É um desafio muito grande que teremos pela frente, mas tenho certeza enfrentaremos muito bem. Escolhemos a UCP para iniciar esse projeto justamente por ser uma instituição tradicional e de excelência não só na cidade, mas em todo o Brasil. O Tribunal quer que esse projeto dê certo e nada mais lógico que procurar uma instituição de excelência, que tenha a estrutura montada e já esteja preparada para este tipo de projeto. E aliado a isso, a UCP já é o polo avançado do Tribunal. Com certeza dará certo”, disse a juíza.

Atuação além da mediação, mais humana e atenção especial para os idosos

O Núcleo será um espaço não apenas de mediação ao idoso, mas de atendimento em diversas áreas com suporte de todos os Centros Acadêmicos da Universidade. Ele atuará inicialmente em três vertentes: na mediação, no sentido de ajudar as famílias a lidarem com as questões do idoso, em relação a seus cuidados; atendimento ao idoso vítima de violência; e também a questão financeira, já que grande parte está endividada por problemas financeiros gerados por conta da facilidade dos empréstimos consignados.



Reitor da UCP, padre Pedro Paulo de Carvalho Rosa, na presença da juíza da 4ª Vara Cível e integrante do CEJUSC de Jacarepaguá

“Que esse núcleo possa trazer muitos benefícios para os idosos de Petrópolis e quem sabe da região. Se pudermos unir forças para amenizar e reduzir ao máximo possível essas questões que atormentam esse público, a UCP fica honrada em contribuir da melhor forma. Saber que aqui na UCP tem um local e dia reservado para que eles possam ser ouvidos e ajudá-los a encontrar uma solução, será muito importante para eles e para nós. Eles consideram a seriedade da instituição, e isso é importante para eles, pois acreditam que possamos dar uma resposta que seja interessante para eles. Essa é uma contribuição que temos junto à comunidade”, frisa o reitor.

“Agradecemos à UCP pela acolhida e por abraçar esse projeto, porque realmente é importante para o Tribunal e para a sociedade. Acho que todo mundo ganha com isso. O aprendizado é geral. Aprendemos com todo mundo sempre, mas com os mais velhos então aprendemos moralmente”, finaliza a juíza.

Pioneira no âmbito da mediação

A UCP está à frente no tema sobre resolução de conflitos, sendo pioneira no âmbito da mediação no município e a primeira instituição do país a receber autorização junto à OAB para reconhecimento da prática em mediação como estágio. Quando o assunto ainda não tinha a atenção devida, foi criado na Universidade um núcleo de prática em mediação para os estudantes do curso de Direito. A UCP também é a primeira instituição do Estado, fora do âmbito judiciário, a abrigar um polo avançado do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC), por meio de convênio firmado entre a Instituição de Ensino Superior e o TJ-RJ.

O encontro contou com a participação da servidora Cláudia Ferreira, do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), ligado ao TJ-RJ; do pró-reitor administrativo da UCP, Anderson Cunha; além dos coordenadores dos Centros Acadêmicos e dos cursos envolvidos no projeto. @



Núcleo atende às necessidades do Estatuto do Idoso

Instituído em 1º de outubro de 2003, pela Lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso resultou da mobilização dos idosos e da articulação promovida entre sociedade e o poder público. O estatuto estabelece os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos. Até então, a terceira idade tinha garantias previstas na Política Nacional do Idoso, de 1994, mas a lei de 2003 ampliou os direitos.

Uma das medidas previstas no Estatuto do Idoso é a assistência social a cidadãos com mais de 65 anos que não possuam meios para garantir sua subsistência nem possam contar com a ajuda da família para isso. O estatuto prevê que essas pessoas recebam o benefício mensal de um salário mínimo.

Na área da saúde, o idoso tem direito a receber gratuitamente remédios, principalmente os de uso continuado (como para hipertensão e diabetes), próteses e outros recursos para tratamento, habilitação ou reabilitação. Devem ter também atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde. Os planos de saúde não podem discriminar os idosos e cobrar valores diferenciados em razão da idade.

Nos transportes coletivos públicos, o idoso tem direito ao uso gratuito, para isso deve sempre apresentar a Carteira de Identidade (RG). Os veículos de transporte coletivo são obrigados a reservar 10% de seus assentos para os idosos, com aviso legível. Já nos transportes coletivos interestaduais, duas vagas gratuitas devem ser reservadas para idosos que tenham renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Se em uma mesma viagem houver mais de dois idosos nessa condição, os excedentes têm direito a pagar somente 50% do valor da passagem.

Os idosos também têm direito a 50% de desconto em atividades de cultura, esporte e lazer. Numa empresa, eles não podem ser discriminados por idade nem ser “barrados” por um limite máximo de idade na hora da contratação de trabalhadores. Na questão da habitação, devem ser reservados a esses cidadãos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados por recursos públicos.

Nenhum idoso pode sofrer maus tratos. O estatuto estabelece a prevenção e a punição da violência física e psicológica contra idosos. Quem discriminar a pessoa idosa por qualquer meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania (como o acesso a operações bancárias e aos meios de transporte) é punido com reclusão de seis meses a um ano, além do pagamento de multa. O abandono de idosos em hospitais e casas de saúde por parte da família, sem que haja respaldo para suas necessidades básicas, e a submissão da pessoa idosa a condições desumanas, privando-a de alimentação e de cuidados indispensáveis, podem levar os responsáveis à prisão, além do pagamento de multa. Destino semelhante terá o cidadão que se apropriar de bens, de cartão de crédito ou bancário ou de qualquer rendimento do idoso. ©

Ampliando a rede de serviços para as entidades confessionais.



Faça contato!

axisinstituto.com.br

exactusaudidores.com.br
laborumcontabilidade.com.br
maxiz.com.br

O Ensino Religioso como componente curricular na escola



A Constituição Federal em vigor desde 1988 deu início a uma significativa transformação na educação brasileira. O instrumento responsável pela formação dos futuros profissionais do país seria consolidado um pouco mais tarde, com o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em dezembro de 1996. A inclusão do Ensino Religioso como disciplina do currículo básico nacional foi uma das mudanças da regra, que seria reforçada com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no final do ano passado.

Ininterruptamente, o Ensino Religioso é facultativo para alunos de escola pública desde o início da década de 1930. Em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal

Federal (STF) rejeitou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que pedia que o ensino não promovesse, nas escolas públicas, uma determinada fé ou denominação, limitando-se a apresentar as existentes. Após a decisão, padres e pastores podem ser os professores e ter influência na vida religiosa dos alunos, como acontece atualmente em várias redes estaduais e municipais de ensino.

Já o texto aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em dezembro de 2017, prevê que o ensino religioso deve ser oferecido em instituições de ensino públicas e privadas com o propósito de estimular a convivência com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos e convicções. Debater, problematizar e auxiliar os estudantes a se

posicionarem frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Na opinião do pós-doutor em Ciência da Religião, Sérgio Azevedo, a proposta do Ensino Religioso como componente curricular não tem a intenção de ensinar a prática de nenhuma religião, mas sim de oferecer referenciais para que os estudantes compreendam as suas comunidade e o ser humano e desse modo expresse suas manifestações religiosas de maneira respeitosa na sociedade em que vivem.

O especialista assegura, também, que o ensino da religião deve ser compreendido como componente curricular da área de ciências humanas. “O Ensino Religioso integra

o campo de ciências humanas, porque como componente curricular é um saber elaborado pela comunidade e as referências do mundo no qual o estudante está inserido”, explica Azevedo.

Para ele, as ciências humanas apresentam especificidades, conhecimentos próprios, sistematizados e que são articulados a partir de elementos como o domínio de uma linguagem, a compreensão do fenômeno específico e a compreensão do fenômeno religioso. “São aspectos que colaboram para enfrentar situações referentes a esta área da diversidade religiosa, ao construir argumentações e elaborar propostas”, argumenta o especialista.

Atualmente, a licenciatura em Ciência da Religião já é um curso existente em 11 universidades brasileiras e a expectativa é que a graduação seja oferecida como opção em grandes ambientes acadêmicos no país. ©

School
Picture
Um momento. Um click. Uma história!

Soluções para seu Colégio



Identificação Escolar

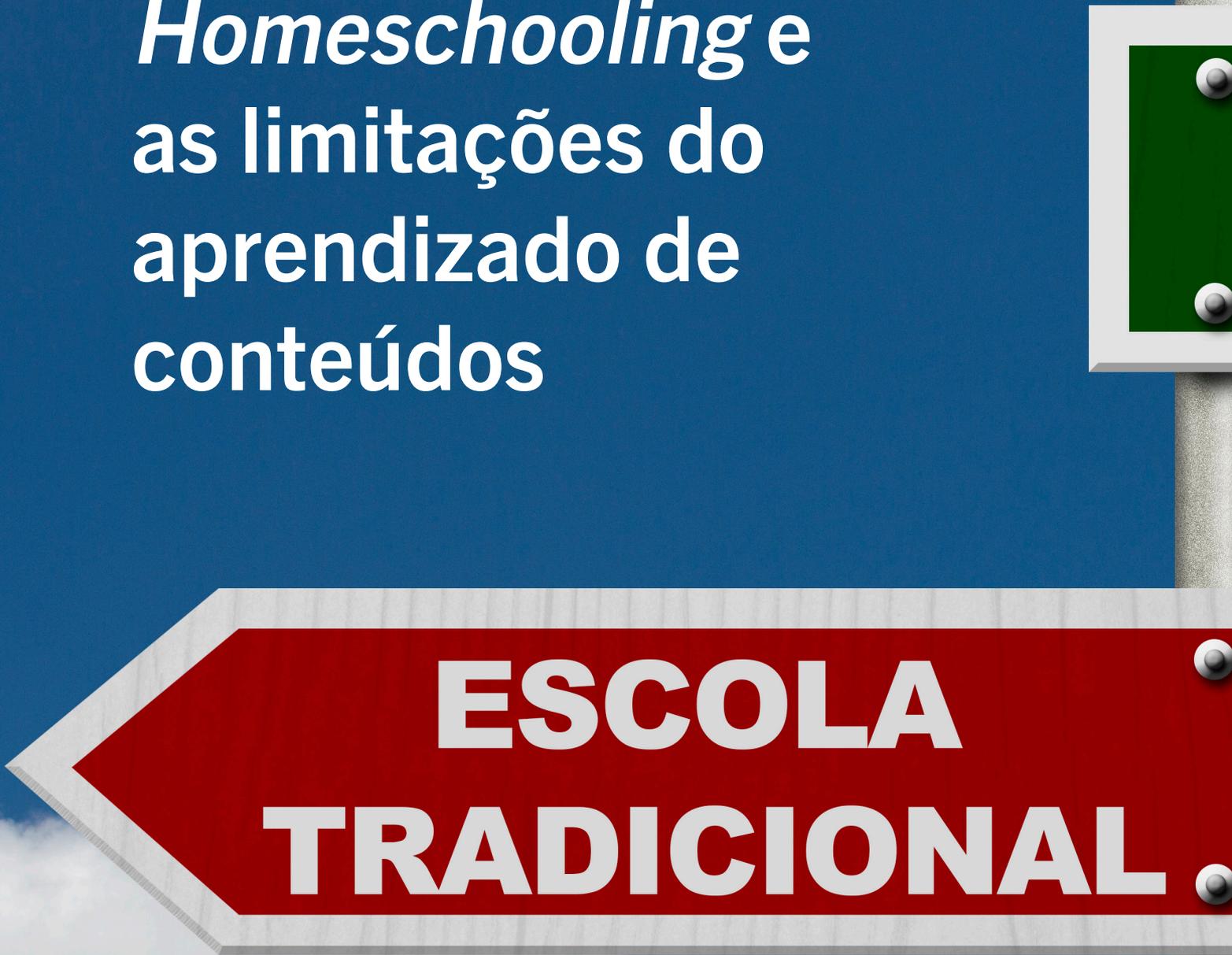


Aplicativo de Comunicação



Formaturas

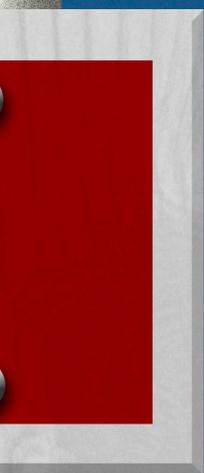
Homeschooling e as limitações do aprendizado de conteúdos



**ESCOLA
TRADICIONAL**



ENSINO EM CASA



De acordo com a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), cerca de 7,5 mil famílias são adeptas do ensino em casa. A prática é uma modalidade de educação com características específicas, que possui o diferencial de ter os pais do aluno como responsáveis pelo processo de ensino. A aprendizagem não ocorre em uma instituição, mas no seio da própria família. Os debates sobre a regularidade do ensino no lar – conhecido mundialmente como homeschooling, envolvem pais, educadores, alunos e as esferas supremas dos poderes no país.

A discussão chegou ao Supremo Tribunal Federal. Por seis votos a quatro, ficou estabelecida a tese levantada pelo ministro Alexandre de Moraes de que o homeschooling pode existir no Brasil se for autorizado por decreto ou lei. A prerrogativa é de que o ensino domiciliar não está previsto na Constituição Federal e depende de uma regulamentação específica para ser permitido no Brasil.

A decisão acompanhou o parecer do Ministério da Educação (MEC) que é contrário a proposta e reforça que “não há normativa que ampare esse tipo de ensino”. Outro ponto contrário é o artigo 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece o dever dos pais e responsáveis em



matricular seus filhos na rede regular de ensino.

Se distanciando das discussões jurídicas, outros pontos podem ser colocados em pauta, como por exemplo a socialização. Ao inserir-se em um ambiente escolar, o estudante se depara com novas pessoas e perspectivas. A escola



Shutterstock

ainda é um dos primeiros contatos do indivíduo com a sociedade, e é ali que se aprendem conceitos que vão além dos conhecimentos básicos da educação. Ao serem educados em casa os estudantes são privados do contato com o diferente.

Para Ir. Adair Sberga, Vice-Presidente da ANEC, o

ensino domiciliar não é uma opção adequada, devido as limitações do aprendizado de conteúdos e da formação social de cidadãos. “Quando as crianças vão para a escola, são inseridas no convívio com valores e crenças diferentes, conhecem novas realidades, e isso é um ganho cultural necessário, além de um exercício diário de

aprendizado do respeito, da tolerância e valorização das diferenças”, destaca.

Doutora em Psicologia, Sberga destaca que os alunos sem convívio no ambiente escolar podem se tornar adultos com dificuldades de comunicação e empatia. “As competências desenvolvidas pela escola trabalham

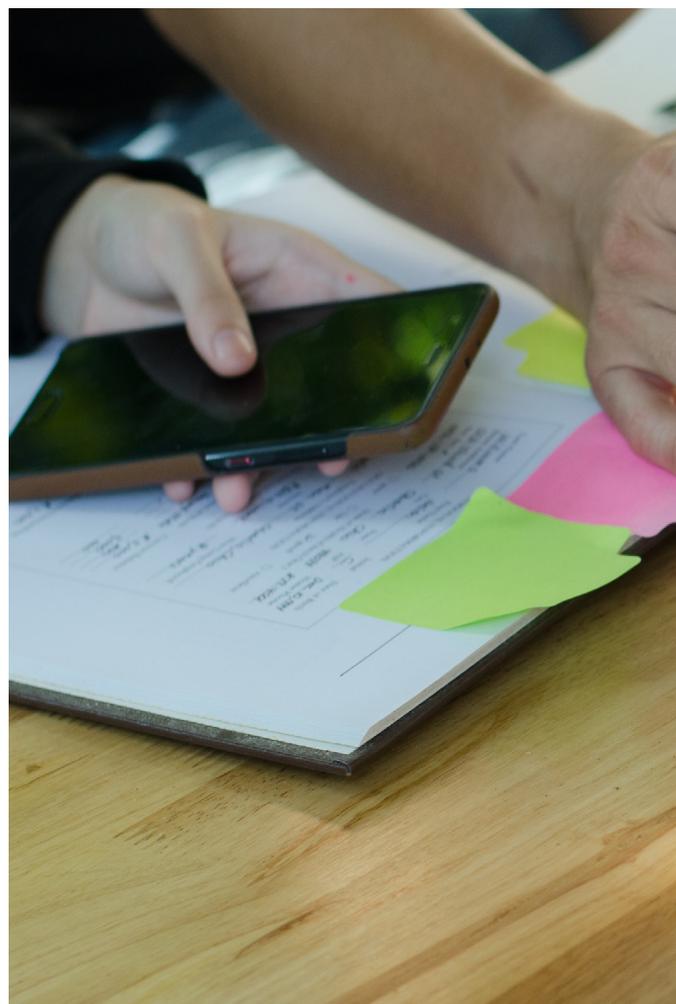
muito mais que o conteúdo. É um trabalho constante da educação formal em levar o conhecimento e o desenvolvimento de senso crítico”, pondera.

Desafio para a educação católica: formar cidadãos

A implementação das 10 competências estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçou o compromisso da ensino católico em educar alunos para uma sociedade melhor. Os desafios se baseiam em desenvolver um método que alie desempenho com a humanização, fundamentada nos conceitos de família, respeito, fraternidade e equiparação de direitos. Dessa forma, o estudante poderá alcançar as competências previstas na Base.

Os modelos de aprendizagem assumiram uma nova face. Conceitos – antes ignorados, atualmente devem fazer parte do currículo base das instituições. Como é o caso do desenvolvimento das aptidões cognitivas, comunicativas e sócio emocionais. A escola tem o dever de desenvolver no aluno a tomada de decisão em situações que estimulam autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, apoiados em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, como é reforçado na BNCC.

A partir do entendimento que os alunos são seres humanos integrais e que a escola participa na construção de um cidadão, desenvolve-se uma nova abordagem educativa. Para o alcance das metas é necessário o apoio da família, que age como base do desenvolvimento educacional das crianças, por ser o primeiro convívio social do ser humano. “A formação do aluno é para ser dividida e complementar a educação familiar, e não baseada somente no âmbito do lar” finaliza Ir. Adair Sberga, Vice-Presidente da ANEC.



Como começou

A educação domiciliar chegou à jurisdição do STF em junho de 2016, quando uma família de Canela (RS) entrou com recurso contra a Secretaria de Educação do município a fim de manter a filha, na época com 11 anos, estudando em casa. Até então, ela nunca tinha frequentado uma escola. Antes disso, os pais perderam processos em que pediam autorização para o ensino familiar em duas instâncias: no juizado da comarca de Canela e no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Projetos de Lei

O ensino doméstico é tema de quatro projetos de lei, dois da Câmara dos Deputados e dois do Senado Federal — o mais recente, nº 28/2018, é de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e visa impedir a criminalização de homeschooling (termo em inglês usado para definir o modelo). Cerca de 7,5 mil famílias são adeptas da prática e aguardam a decisão do STF sobre o tema. ©

com contribuições do CONJUR*



A young boy with short brown hair, wearing a blue and white striped shirt, is looking intently at a tablet. A woman with long dark hair, wearing a pink and white striped shirt, is leaning over him, smiling as she looks at the tablet. The background is a soft, warm light.

Conecte com a

PARA OFERECER UM MUNDO DE POSSIBILIDADES
A QUEM ENSINA E A QUEM APRENDE.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

A photograph of a woman with brown hair and a young girl with long brown hair, both smiling and looking at a tablet. The woman is on the left, and the girl is on the right. The image is framed by a blue and orange border.

EVOLUIR JUNTOS
É PENSAR ALÉM.

gente

FTD
EDUCAÇÃO
EDUCAR BEM É PENSAR ALÉM.

Sínodo da Juventude e a Igreja

Confira entrevista realizada com o Bispo e Presidente da Comissão Episcopal de Pastoral para o Laicato, Dom Frei Severino Clasen, ofm

1) Em sua ação pastoral, desde Sacerdote e agora como Bispo, o Senhor Sempre demonstrou uma atenção especial para com os jovens. Como surgiu esta opção?

R. Sempre tive um amor especial pela juventude. A alegria, a jovialidade, a energia, os sonhos me estimularam a ser animador e cuidador dos mais novos para que sejam felizes na vida. Não posso deixar de olhar com carinho e ternura para as gerações que se ocupam na busca do saber, da afirmação pessoal, na descoberta de valores que gerenciam a vida pessoal, espiritual, social, eclesial e profissional na busca de vez e voz.

Estimular os jovens é uma tarefa sábia que prepara verdadeiras lideranças e pessoas corajosas para o enfrentamento dos desafios que a Igreja e a sociedade necessitam. Ao fomentar a sensibilidade humana estamos formando uma pessoa madura, equilibrada, cheia de ardor e senso crítico. Estes não serão objetos da sociedade, mas sim, pessoas críticas, na qualidade de sal da terra e luz do mundo, verdadeiros sujeitos eclesiais.

2) Estamos a poucos dias do Sínodo sobre a Juventude. O que é Sínodo e qual o seu significado para a Igreja?

R. O Papa Francisco foi muito feliz ao convocar um Sínodo sobre a juventude. Ocupar-se com a juventude é aprofundar a vocação humana, os rumos para a qualificação de líderes e pessoas maduras que possam contribuir na vida eclesial e social. A sinodalidade é uma arte, um método, uma sabedoria que convoca para ouvir, para acolher sugestões, para conhecer a realidade, para envolver o máximo de pessoas possíveis ao redor de algo que interessa e que deve ser aprofundado, conhecido e assumido. O Sínodo sobre a juventude é uma oportunidade para olhar para a realidade de nossa juventude. Isso é possível quando vamos ao encontro, nos envolvemos, nos comprometemos e deixamos os jovens opinar, refletir e aprofundar seus sonhos e seus ideais de vida.

3) A questão da Juventude na Igreja tem se manifestado a nível global, com várias edições da Jornada Mundial da Juventude, inclusive no Brasil no Rio de Janeiro. A próxima acontecerá em janeiro de 2019 no Panamá. Quais as expectativas?

R. As Jornadas Mundiais da juventude se constituem em momentos em que as realidades da juventude ganham um espaço de reflexão mais profunda. A humanidade toda é convidada a refletir sobre as juventudes e ter iniciativas de maior inclusão social e eclesial dos jovens. É um momento em que se destaca a força, ousadia, criatividade e protagonismo dos jovens na Igreja e na sociedade.

Que o Santo Espírito ilumine a todos e que essa Jornada Mundial no Panamá, seja um momento de profunda reflexão para encorajar os jovens a serem sujeitos eclesiais e sociais a serviço da humanidade.



4) Sua Diocese responde ao apelo de “uma Igreja em Saída”, desenvolvendo várias ações de missionaridade. Qual a relação entre jovem e missão? Que implicações decorrem?

R. É quase impossível imaginar uma Igreja com chave de saída sem contar com a participação das juventudes. O seu espírito dinâmico e jovial, atrai e leva com mais leveza a alegria do Evangelho para novos areópagos, ou seja, para os ambientes onde estamos deixando a vida eclesial e fé abandonadas. A busca do conhecimento, a formação permanente, o envolvimento no anúncio do Evangelho e na busca do discipulado torna a Igreja mais ativa, arejada e profética.

Na Diocese de Caçador há uma diversidade de juventudes. Essas juventudes se organizam em diferentes grupos e movimentos. Há grupos com identidade mais específicas que tem esse olhar missionário, pé no chão e protagonistas. A Pastoral da Juventude tem um senso mais crítico da realidade e tem um perfil missionário mais profético e ousado.

5) Deixe sua mensagem para os Agentes de Pastoral que atuam nas Instituições Católicas de Ensino Superior e Educação Básica de nosso País.

R. O que nos preocupa é o modelo de educação no Brasil. Estamos mais para um modelo mercantilista do que humanista. É preciso voltar ao ser humano, ensinar e oferecer as práticas da sensibilidade humana, amor a Pátria, a nossa casa comum e as relações que humanizam e desenvolvem toda a dimensão do cuidado e do acolhimento.

As instituições Católicas de Ensino Superior tem um vasto e rico histórico de conquistas e ofertas na sociedade brasileira. Não podemos ficar submissos aos projetos de ensino superior como meros repetidores de fórmulas superadas que a sociedade oferece. Acreditamos na força da criatividade, nos valores e sobretudo na capacidade para inovar e apresentar algo que surpreenda e desenvolva o mundo do conhecimento para contribuir com a transformação da sociedade nos dias atuais.

O Espírito Santo não esgotou a sua força para iluminar novos rumos para a humanidade. Na educação também há muito espaço para renovar e trazer coisas novas para o bem da humanidade. Acredito nas Instituições católicas que são ousadas, que são corajosas, que são audaciosas para provocar o novo, o surpreendente, a novidade que o Evangelho sempre nos desafia e nos interpela. A busca de novos métodos de ensino, novas pedagogias, novo dinamismo, contribui imensamente para a melhoria da qualidade de ensino superior no Brasil e as Instituições Católicas de Ensino Superior tem um potencial para contribuir nesse campo. ©

FEI INTEGRA PROJETO INTERNACIONAL DE APLICAÇÃO DE IOT NA AGRICULTURA

A iniciativa, em parceria com instituições de outros países, visa facilitar a inserção de inovações e tecnologia agrícolas para o pequeno produtor.



Financiado pela entidade britânica: “Frontiers of Engineering – Royal Academy of Engineering”, o projeto Sensing Change é um consórcio entre entidades de assistência social africanas, ONGs e universidades da África do Sul, Reino Unido, Zâmbia, Estados Unidos e Brasil, que tem como objetivo usar o paradigma da Internet das Coisas – IoT – para ajudar o pequeno agricultor que não possui condições de se inserir na inovação e tecnologia dos processos agrícolas, também chamada de agricultura de precisão. O Centro Universitário FEI é a única Instituição brasileira a integrar a equipe.

Entre as ações e metas do projeto, está o desenvolvimento de um dispositivo IoT, com base em

software e hardware aberto, que permita qualquer agricultor, de qualquer lugar do planeta, utilizar as instruções de construção do hardware IoT, adquirir os componentes eletrônicos, e fazer download do software de tal forma a ter um dispositivo para agricultura de precisão acessível (em termos de valores e uso). Com isto pretende-se promover agricultura de precisão em pequenas propriedades rurais, pois este tipo de técnica é fundamental para se ampliar a produtividade e manter as terras agrícolas saudáveis.

Neste projeto, a missão do Centro Universitário FEI será criar o dispositivo e o software que será utilizado pelos agricultores. Para isso, o Laboratório de Inovação em IoT da FEI será extremamente im-

portante. Segundo o professor Rodrigo Filev, do Departamento de Ciência da Computação da FEI e que está conduzindo os estudos, o dispositivo servirá como uma ferramenta de apoio ao pequeno produtor, para que ele tenha informação sobre o solo, clima e por consequência consiga ter informação sobre sua lavoura. “O dispositivo IoT irá, entre diversas funções, medir os parâmetros do solo - como umidade, temperatura, condutividade elétrica – além de características – como temperatura do ar, umidade do ar e localização GPS”, explica o professor ao ressaltar ainda que, o dispositivo será projetado usando componentes de prototipagem de hardware de baixo custo e será alimentado por painéis solares com armazenamento em bateria.

Convite a FEI

O Professor Filev explica que esta iniciativa de desenvolver tecnologia para ajudar os pequenos

agricultores já era um tema trabalhado com alunos da graduação da Ciência da Computação da FEI, e acompanhado pela Prof. Dra. Anh Tran, da Coventry University. Durante as reuniões do grupo Frontiers of Engineering – no qual o professor Filev tem relacionamento com alguns dos membros – notou-se que a solução que a FEI estava desenvolvendo era relevante para os problemas que estavam sendo discutidas, e consequentemente o convite foi feito para integrar o grupo. “Escrevemos o projeto e no final de fevereiro de 2018 fomos selecionados para um projeto de um ano. Estamos trabalhando bastante, tanto que o dispositivo que desenvolvemos na FEI foi testado na Harper University (UK), em julho de 2018, com sucesso. Espera-se que até fevereiro de 2019 o sistema esteja plenamente funcional e que após os testes finais possa ficar disponível para uso”, comemora o professor. ©



SOLUÇÕES PODEROSAS PARA
ESCOLAS MODERNAS!

A AS irá auxiliá-lo na redução de custos com equipamentos de informática e manutenção. Tudo isto sem investimento inicial pelo sistema de locação.

Oferecemos soluções completas para laboratórios de informática e gerenciamento de tecnologia.



INSERÇÃO DE TECNOLOGIA NAS ESCOLAS

Equipamentos que despertam o interesse pela busca constante por novas descobertas.



EXPLORE NOVAS POSSIBILIDADES

Cada detalhe dos equipamentos foi pensado para tornar o aprendizado mais agradável, seguro e participativo.



ENSINO E APRENDIZADO

Conheça os recursos tecnológicos para a sala de aula, que permitem a exploração de conteúdos de forma interativa e dinâmica.

SUA INSTITUIÇÃO PODE SER ASSIM: DINÂMICA, MODERNA, INTERATIVA E INTERDISCIPLINAR.

SÃO PAULO - FONE.: +55 11 5594-4800 | RIO DE JANEIRO - FONE.: +55 21 2539-2063 | BELO HORIZONTE - FONE.: +55 31 2514-0677
CURITIBA - FONE.: +55 41 3243-2016 | PORTO ALEGRE - FONE.: +55 51 3019-8323 | RECIFE - FONE.: +55 81 3038-0034



WWW.ASINFORMATICA.COM.BR



V CONGRESSO

NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA ANEC

Inovação 

Sustentabilidade 

Humanismo Solidário 

 **ANEC**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL



Cuiabá (MT)

CENTRO DE EVENTOS PANTANAL

PARTICIPE!
INSCRIÇÕES PELO SITE:

www.anec.org.br/congresso

Associadas **ANEC: R\$500,00**

Demais Instituições de Ensino: **R\$1.000,00**



INFORMAÇÕES:
(61) 3533-5050
anec.org.br/congresso



INFORMAÇÕES:
(65) 3314-2700
confiancaagencia.com.br

EDUCAÇÃO CATÓLICA EM INTERCÂMBIO



A **Educação Católica em Intercâmbio** é um programa exclusivo para as escolas associadas à ANEC, cujo o intuito é desenvolver uma proposta de internacionalização voltada para a Educação Católica de todo o país.

Escolha o destino do **Intercâmbio** da sua Escola e amplie os conhecimentos dos seus Estudantes



Londres e Paris: Aprendizado e conhecimento cultural em célebres capitais europeias.



Roma, Londres e Paris: Aprendizado e conhecimento em três capitais da Europa.



Canadá: Experiência linguística e cultural no país reconhecido pela qualidade do seu ensino.



Orlando: Conhecimento linguístico e entretenimento nos principais parques de Orlando.

Diferenciais da Life

- **Certificado** internacional ao final do curso;
- **Enfermeira** disponível 24 horas;
- **Acompanhamento** 24 horas pela equipe da Life Intercâmbios.
- Colégios com **dormitórios e refeitórios**;
- **Ingressos** dos passeios inclusos;



Entre em contato com a nossa equipe e confira informações detalhadas sobre o programa!

Contato: (11) 2729-5007

www.lifeintercambios.com.br

contato@lifeintercambios.com.br

programa exclusivo



operadora oficial



CARTA DE SERVIÇOS

Você também
é ANEC!

Para melhorar o relacionamento com nossas associadas, a gestão 2018/2020 da ANEC lançou sua Carta de Serviços. Um documento que pretende informar os serviços prestados por esta instituição para todos que tenham interesse em conhecer mais sobre os nossos trabalhos.

Este material está disponível na íntegra em nosso site.
Basta acessar: www.anec.org.br/servicos



HISTÓRIAS QUE ENCANTAM AUTORES QUE INSPIRAM



Um catálogo de autores consagrados,
com mais de 2 mil títulos da Educação
Infantil ao Ensino Médio.



A FTD Educação, vencedora pelo terceiro ano consecutivo do Prêmio Top Educação na categoria Literatura Juvenil, agradece por este reconhecimento tão importante para quem é apaixonado por literatura.

Conheça o catálogo completo no site.
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
0800 772 2300 || www.ftd.com.br

FTD
EDUCAÇÃO